



CÂMARA MUNICIPAL DE BENEDITINOS

Rua Floriano Peixoto, 256 - Centro - Beneditinos - Piauí CEP: 64.380-000 - CNPJ: 01.560.809/0001-30 E-mail: cmbeneditinos@gmail.com

EDITAL DE CONVOCAÇÃO № 01/2024 ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Atendendo as disposições do Edital nº 01/2023, subitem 4.1, alínea "g", bem como do

na	go 37, inciso XVI, da Câmara	a Constituição Feder Municipal	de	do investidura em cargo público Beneditinos-PI, eu,			
resp	onsabilizando-me		ministrativan	convocado DECLARO, nente por qualquer falsidade,			
				al e Municipal, seus Poderes, na mpresa Fundações e Autarquias:			
		quer outro cargo, fu					
	2. () Ocupo o(s) seguinte(s) cargo(s), emprego(s) ou função(ões) pública(as): Cargo ativo:Órgão:						
				orário deàs			
3. (caso) Estou aposent	ado (a) em outro ca	rgo/emprego	o/função pública. (Preencher no do ato de concessão de sua			
Carg	;o:		Órgão:_				
os e	feitos legais. al e Data	•		, para que se cumpram todos			
		Nome e	assinatura				
		EDITAL DE CONVO	CACÃO Nº 0	1/2024			
		ANE	XO IV E/OU ISENÇÃ	O DE IMPOSTO DE RENDA			
Eu,		ANE ARAÇÃO DE BENS E	XO IV E/OU ISENÇÃ				
Eu,	ndor do RG nº	ANE ARAÇÃO DE BENS E	XO IV E/OU ISENÇÃ O Expedidor_	O DE IMPOSTO DE RENDA			
Eu, porta	ndor do RG nº	ANE ARAÇÃO DE BENS E	XO IV E/OU ISENÇÃ O Expedidor_ ara os devido	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº:			
Eu, porta subit	ndor do RG nº em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap	ANE ARAÇÃO DE BENS E , Órgã , declaro, pa , do Edital nº 01/202	XO IV E/OU ISENÇĂ DE Expedidor_ ara os devide 24:	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
Eu, porta subit	ndor do RG nº em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap	ANE ARAÇÃO DE BENS E, Órgão, declaro, pa , do Edital nº 01/202	XO IV E/OU ISENÇĂ DE Expedidor_ ara os devide 24:	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
porta subit	ndor do RG nº em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap	ANE ARAÇÃO DE BENS E , Órgã , declaro, pa , do Edital nº 01/202	XO IV E/OU ISENÇĂ DE Expedidor_ ara os devide 24:	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
Eu, porta subit () base_	em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap	ANE ARAÇÃO DE BENS E , Órgã , declaro, pa , do Edital nº 01/202	XO IV E/OU ISENÇĂ DE Expedidor_ ara os devide 24:	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
subit () base Decla	em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap , exerc	ANE ARAÇÃO DE BENS E Órgão declaro, pa , do Edital nº 01/202 presentação de Imperício, na	XO IV E/OU ISENÇĂ DE Expedidor_ ara os devide 24:	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
subit () base Decla	em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap , exerc aro ainda: Não possuir bens.	ANE ARAÇÃO DE BENS E Órgão declaro, pa , do Edital nº 01/202 presentação de Imperício, na	XO IV E/OU ISENÇĂ DE Expedidor_ ara os devide 24:	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
subit () base Decla	em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap , exerc aro ainda: Não possuir bens.	ANE ARAÇÃO DE BENS E Órgão declaro, pa , do Edital nº 01/202 presentação de Imperício, na	XO IV E/OU ISENÇĂ DE Expedidor_ ara os devide 24:	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
subit () base Decla	em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap , exerc aro ainda: Não possuir bens.	ANE ARAÇÃO DE BENS E Órgão declaro, pa , do Edital nº 01/202 presentação de Imperício, na	XO IV E/OU ISENÇĂ DE EXPEDIDOR DE EXPEDID	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
subit () base Decla	em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap , exerc aro ainda: Não possuir bens.	ANE ARAÇÃO DE BENS E Órgão declaro, pa , do Edital nº 01/202 presentação de Imperício, na	XO IV E/OU ISENÇĂ DE EXPEDIDOR DE EXPEDID	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
subit () base Decla	em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap , exerc aro ainda: Não possuir bens.	ANE ARAÇÃO DE BENS E Órgão declaro, pa , do Edital nº 01/202 presentação de Imperício, na	XO IV E/OU ISENÇĂ DE EXPEDIDOR DE EXPEDID	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
subit () base Decla	em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap , exerc aro ainda: Não possuir bens.	ANE ARAÇÃO DE BENS E Órgão declaro, pa , do Edital nº 01/202 presentação de Imperício, na	XO IV E/OU ISENÇĂ DE EXPEDIDOR DE EXPEDID	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			
subit () base Decla	em 4.1, alínea "h" Ser ISENTO da ap , exerc aro ainda: Não possuir bens.	ANE ARAÇÃO DE BENS E Órgão declaro, pa , do Edital nº 01/202 presentação de Imperício, na	XO IV E/OU ISENÇĂ DE EXPEDIDOR DE EXPEDID	O DE IMPOSTO DE RENDA , inscrito no CPF sob o nº: os fins, em consonância com o da junto à Receita Federal, ano			

estarei sujeito às sanções civis, administrativas e criminais previstas em lei.

Nome e assinatura

Local e data.

Id:01AB2FA50DBAF327



ESTADO DO PIAUI CÂMARA MUNICIPAL DE BENEDITINOS - PI

CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 003/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2024
CONTRATO Nº003-01/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BENEDITINOS- PI, no inscrito no CNPJ/MF sob o

nº 01.560.809/0001-30.

CONTRATADA: GUALCON CONTABILIDADE E LICITAÇÕES LTDA

REGULAMENTO: Lei nº 14.133/21

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos na área de consultoria

pública em licitações e Contratos.

VIGÊNCIA: 12 meses

VALOR GLOBAL: R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)

FONTE DE RECURSOS: Próprio **DATA**: 17 de janeiro de 2024.

Id:13B5B6C1CDBCF384



ESTADO DO PIAUI CÂMARA MUNICIPAL DE BENEDITINOS - PI

CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 001/2024
CONTRATO Nº001-01/2024

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BENEDITINOS - PI, no inscrito no CNPJ/MF sob o n° 01.560.809/0001-30.

CONTRATADA: FRANCISCO ALVES DE ALMEIDA JUNIOR

REGULAMENTO: Lei nº 14.133/21

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21

OBJETO: contratação de pessoa física para prestação de serviço de Assessoria Jurídica na condução de processos administrativos, processos judiciais, e serviços correlatos em defesa da Câmara Municipal do Município de Beneditinos – PI.

VIGÊNCIA: 12 meses

VALOR GLOBAL: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais)

FONTE DE RECURSOS: Próprio **DATA**: 12 de janeiro de 2024.

www.diarioficialdosmunicipios.org A divulgação virtual dos atos municipais



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO: N° 001/2024

A Câmara Municipal de Beneditinos-PI, inscrito no inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.560.809/0001-30, com sede na Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000, por intermédio do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, com fundamento no art. 75, § 3°, da Lei nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar a dispensa de licitação adiante especificada, podendo os eventuais interessados apresentarem propostas de preços, acompanhadas dos respectivos documentos de habilitação, oportunidade em que a Administração selecionará a mais vantajosa:

- ❖ OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos na área de consultoria pública em licitações e Contratos
- ❖ VALOR ESTIMADO: R\$ 66.480,00 (sessenta e seis mil quatrocentos e oitenta reais)
- ❖ DATA LIMITE PARA ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso na imprensa oficial, conforme art. 183, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, no horário de funcionamento do órgão, 08.00 às 13:00, conforme art. 183, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.
- ❖ FORMA DE ENVIO: As propostas de Preços e os documentos de habilitação deverão ser entregues ao Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, presencialmente, no endereço informado no preâmbulo, ou eletronicamente, mediante e-mail ao endereço "camaramunicipallicitacao@gmail.com".
- ❖ ACESSO AO TERMO DE REFERÊNCIA: Estará disponível aos interessados no site institucional da Câmara Municipal de Beneditinos (https://www.beneditinos.pi.leg.br/) e por solicitação por e-mail ao endereço eletrônico do Departamento de Licitações e Contratos Administrativos (camaramunicipallicitacao@gmail.com).
- ❖ FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Demais informações poderão ser solicitadas ao Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, presencialmente, no endereço informado no preâmbulo, ou eletronicamente, mediante e-mail ao endereço "camaramunicipallicitacao@gmail.com".

Beneditinos (PI), 09 de janeiro de 2024.

Ciero Soares Costa Andrade da Silva **Agente de Contratação**



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 001/2024

Torna-se público que A Câmara Municipal de Beneditinos-PI, realizará Dispensa de licitação, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

- ❖ DATA LIMITE PARA ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso na imprensa oficial, conforme art. 183, § 1°, inciso I, da Lei n° 14.133/2021, no horário de funcionamento do órgão, 08.00 às 13:00 no endereço com sede na Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000, conforme art. 183, § 2°, da Lei n° 14.133/2021.
- ❖ FORMA DE ENVIO: As propostas de Preços e os documentos de habilitação deverão ser entregues ao Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, presencialmente, no endereço informado no preâmbulo, ou eletronicamente, mediante e-mail ao endereço "camaramunicipallicitacao@gmail.com".

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos na área de consultoria pública em licitações e Contratos

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO R\$
01	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos na área de consultoria pública em licitações e Contratos	12 meses	R\$ 5.540,00

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

- ❖ A participação na presente dispensa se dará mediante envio de propostas para o endereço para o Departamento de Licitações e Contratos Administrativos, presencialmente, no endereço informado no preâmbulo, ou eletronicamente, mediante e-mail ao endereço "camaramunicipallicitacao@gmail.com".
 - 2.1. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
 - 2.1.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

- 2.1.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.1.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da <u>Lei nº 6.404, de</u> <u>15 de dezembro de 1976</u>, concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
 - 2.1.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
 - 2.1.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.1.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

2.2.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa se dará com o envio das propostas de preço para os endereços anteriormente divulgados.
- 3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, presencialmente ou eletronicamente através do e-mail, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data estabelecida para abertura do procedimento.
 - 3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
 - 3.4.1. Os preços ofertados, na proposta de preços, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

- 4.1. Encerrado o prazo para envio da proposta de preço, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 4.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60(dias) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 4.3.1. contiver vícios insanáveis;
 - 4.3.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 4.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 4.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 4.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5. HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica:

- 5.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 5.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 5.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 5.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 5.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

- Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 5.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 5.9. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 5.10. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 5.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.12. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 5.13. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** e **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Qualificação Econômico-Financeira:

5.14. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

- 5.15. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
 - 5.15.1.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

6. CONTRATAÇÃO

- 6.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 6.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, podendo ser prorrogado. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES

- 7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. O procedimento será divulgado no site: http://saofranciscodopiaui.pi.gov.br/, e encaminhado automaticamente as empresas que participarem do presente certame.
- 8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
 - 8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 8.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 8.4. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 8.5. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência:

ANEXO II – Minuta do contrato;

Beneditinos (PI), 09 de janeiro de 2024.

Ciero Soares Costa Andrade da Silva Agente de Contratação



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos na área de consultoria pública em licitações e Contratos

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO MES R\$
01	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos na área de consultoria pública em licitações e Contratos	12 meses	R\$ 5.540,00

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação de uma empresa de consultoria e assessoria técnica para prestação de serviços em procedimentos licitatórios se justifica pela complexidade e rigorosidade desses processos, que demandam expertise específica para garantir conformidade legal, transparência e eficiência na contratação de bens e serviços. Essas empresas possuem profissionais especializados que podem oferecer suporte técnico, conhecimento atualizado sobre legislação vigente, análise de documentos, elaboração de editais, gestão de prazos e demais atividades administrativas essenciais ao sucesso do processo licitatório. A contratação desses serviços visa otimizar recursos, mitigar riscos de irregularidades e assegurar a obtenção das melhores propostas, contribuindo para a eficácia e legalidade das contratações públicas.

3. DO ÓRGÃO SOLICITANTE E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A despesa decorrente da execução do objeto desta licitação ocorrerá no exercício de 2024.

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 4.1 Quando do inicio da execução do serviço, a contratada deverá apresentar relação dos equipamentos e pessoal para execução do referido serviço;
- 4.2 A execução do objeto poderá iniciar no mesmo dia da assinatura do contrato, mediante emissão de Ordem de Serviços e respectiva Nota de Empenho, firmados pela Autoridade responsável;
- 4.3 Os serviços serão prestados na sede da Câmara Municipal de Beneditinos-PI, de acordo com as necessidades nos horários e dias estipulados pela contratante;
- 4.4 O prazo máximo para execução do serviço será até 31.12.2024.

5. DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado na Câmara Municipal de Finanças de Beneditinos -PI, até 30 dias após a solicitação que deverá ser protocolada até o 5° (quinto) dia do mês subsequente ao da execução dos serviços, acompanhado da nota fiscal/fatura, emitida juntamente com recibo em 04 (quatro) vias de igual valor, cópia do contrato/nota de



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

empenho, cópia das certidões de regularidade junto ao INSS e FGTS certidão conjunta negativa de dívida ativa e débitos fiscais junto à união, certidão negativa de débitos junto a Fazenda Estadual, certidão negativa de débitos junto à prefeitura municipal, certidão negativa de débitos trabalhistas, ordem de fornecimento do objeto, firmado pela autoridade competente;

- a) A nota fiscal referida acima deverá apresentar discriminadamente os serviços fornecidos a que se referir;
- As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;
- c) Nenhum pagamento será efetuado aos adjudicatários enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do serviço.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 Sem prejuízo do integral cumprimento das disposições das obrigações decorrentes do contrato, cabe à contratada:
- a) Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;
- b) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à contratante ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;
- c) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato;
- d) Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: transporte, frete, carga e descarga, etc.;
- e) Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas que darão origem ao contrato;
- f) A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa;
- g) Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes do fornecimento dos combustíveis;
- h) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante;
- i) Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetuá-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;
- j) Comunicar imediatamente, por escrito à contratante, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;
- k) Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente;
- 1) Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela contratante;
- m) Arcar com eventuais prejuízos causados à contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução do contrato;
- n) Indicar à contratante o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato;



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

- o) Informar na proposta a qualificação do representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);
- p) Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- q) Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a contratante por terceiros;
- r) Submeter-se a mais ampla fiscalização da contratante, por meio de seus ficais/gestores a qualquer época durante a vigência do contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da contratada, tudo isso visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;
- s) Fornecer o serviço de acordo com o quantitativo solicitado, através de autorização da secretaria solicitante;
- t) Cumprir, durante a execução dos serviços, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- u) Empregar mão-de-obra especializada em quantidades suficientes para atender as demandas da contratante;
- v) Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, os esclarecimentos e as informações técnicas pertinentes à execução do objeto.

7. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- 7.1 Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as demais obrigações decorrentes do contrato, cabe à contratante:
- a) Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste procedimento;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- c) Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- d) Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos serviços fornecidos, para imediata substituição;
- e) Verificar a regularidade de habilitação antes do pagamento.

8. DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 8.2 O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO CONTRATO

9.1 Sem prejuízo no Título III capitulo I da Lei 14.133, o contrato será formalizado e contará, necessariamente, com as condições especificadas no edital.

10. DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 Constituem motivo de rescisão, os elencados nos artigos 137 da Lei Federal 14.133/21.



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

11. DA ESTIMATIVA DE PREÇO

11.1 O valor total para a futura contratação dos serviços está estimado em R\$ 66.480,00 (sessenta e seis mil quatrocentos e oitenta reais), por todo o período de vigência contratual.

Beneditinos (PI), 09 de janeiro de 2024

Ciero Soares Costa Andrade da Silva Agente de Contratação



CNPJ. 01 560 809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP. 64 380-000

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 003-01/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 003/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2024

> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM LICITAÇÃO, NA FORMA ABAIXO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: A CAMARA MUNICIPAL DE BENEDITINOS situada na Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000, Beneditinos- PI, neste ato representado, centro, Beneditinos, Piauí neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal o Sr. Evandro Cruz Mendes, portador do CPF n.º 474.382.233-53.

CONTRATADA: GUALCON CONTABILIDADE E LICITAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 16.828.096/0001-10, situada na Rua Fernando Drumond, nº 639,Sala 201, Centro, Floriano-PI, CEP: 64.800-672. Representado neste ato pelo Sra. Cristianne Gomes Dias, inscrito no CPF nº 017.534.343-86.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima especificados, têm entre si ajustado o presente contrato para a Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos na área de consultoria pública em licitações e Contratos, conforme autorização da autoridade competente nos autos da Dispensa de Licitação nº 001/2024, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei n. 14.133/2021 e alterações posteriores, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto para Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos na área de consultoria pública em licitações e Contratos, conforme especificações e quantidades constantes da Dispensa de Licitação n.º 001/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO DIRETA

Os itens, ora contratados, foi objeto de procedimento de dispensa de licitação nº 001/2024, Processo Administrativo nº 003/2024, conforme a autorização da autoridade competente, e de acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, suas alterações e demais preceitos de direito público, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme Art. 92 inciso III

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

O objeto desta licitação será executado de acordo com a ordem de serviço emitida pelo órgão competente do Município, no horário de 08:00 as 12:00 horas, e será vistoriado por setor competente desta Prefeitura, conforme determinações da lei de 14.133 contidas no Capítulo VI do Art. 115 a 123.



CÂMARA MUNICIPAL DE BENEDITINOS -ESTADO DO PIAUI

Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000 CNPJ: 01.560.809/0001-30

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

reais), conforme os preços constantes na proposta vencedora constante do Processo de Dispensa nº 001/2024 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estimado de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos

O pagamento será efetuado, em moeda nacional

fiscal/fatura, estando está devidamente atestada pelo setor competente PARAGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota

isto é, da apresentação da cobrança à data do efetivo pagamento sem atrasos, nenhuma forma de atualização do PARAGRAFO SEGUNDO - Tendo em vista o prazo concedido para pagamento, não haverá, dentro deste prazo,

liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência PARAGRAFO TERCEIRO - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto for pendente de

que está contido no Capitulo X do Art, 141 á 150 da Lei 14.133/2021. PARAGRAFO QUARTO - Este contrato não sofrerá reajuste de preços. Os pagamentos serão de acordo com o

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Informamos que as despesas serão efetuadas com os seguintes recursos:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

- Fonte dos Recursos: 500
- Projeto/Atividade: 01 031 0001 2001 0000
- Elemento de Despesa: 33.90.39

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE obriga-se a:

- I emitir a ordem de Serviços do objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;
 II efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste Contrato;
- Gabinete do Prefeito Municipal III - fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do Setor Administrativo Financeiro, integrado ao

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

- e com a sua proposta; [- executar o presente contrato em estrita consonância com os seus dispositivos, com o Instrumento Convocatório
- definido em tal documento, de acordo com a necessidade e conveniência da Administração; II - entregar os serviços objetos do contrato, na sede de acordo com a ordem de serviços, no prazo máximo
- Licitatório, Dispensa de Licitação nº 001/2024; III - entregar o objeto do contrato em estrita concordância com as especificações constantes do Processo
- realizados em que se verificarem vícios destoantes do padrão normal; IV - substituir, às suas expensas e no prazo determinado pelo órgão competente desta Prefeitura, os serviços
- ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE; V - responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa



CNPJ - 01 560 809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP - 64 380-400

taxas, emolumentos e suas majorações incidentes ou que vierem a incidir sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários do seu pessoal. VI - assumir, por sua conta exclusiva, todos os encargos resultantes da execução do contrato, inclusive impostos,

condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação VIII - manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as VIII - utilizar na execução do presente contrato somente pessoal em situação trabalhista e securitária regulares.

IX - fornecer ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS DE EXTINÇÃO

O presente contrato será extinto excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos na da Lei n.º 14.133 conforme estabelecido na Seção VI Título 3 Capítulo VIII, sob qualquer uma das formas desentas na mesma lei

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DIVULAÇÃO

eletrônico conforme art. 72, no prazo previsto no do art. 94 da Lei n.º 14.133/2021. O ato que autoriza a contratação ou Extrato de contrato do presente Contrato será publicado em sitio oficial

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

por interesse público e de acordo com a conveniência deste Município, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Este contrato vigorará por 12(doze) meses a partir de sua assinatura, podendo, ainda, ser prorrogado ou aditivado

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

como fiscal do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Kleber Mendes Pessoa, nomeado pela Portaria assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para

PARAGRAFO PRIMEIRO- O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos

medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência PARAGRAFO SEGUNDO- O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das

prevenir riscos na execução contratual. De acordo com o Art. 117 da Lei 14.133/2021. controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para PARAGRAFO TERCEIRO- O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 155 a 163 da Lei n.º Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA, garantida

contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de aplicação de multas, será calculada na forma do edital ou do contrato.

Digitalizado com CamScanner



CNPJ: 01.560.809/0001-30 Rua Floriano Peixoto, 256, Centro CEP: 64.380-000

administrativas previstas no art. 155 desta Lei

maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo CONTRATANTE PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força

cobradas judicialmente PARAGRAFO TERCEIRO - As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS

seu capitulo II Art 165 Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei n.º 14.133/2021, cabem os recursos dispostos no

CLÁUSULA QUINTA- DA VINCULAÇÃO

Licitatorio e são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição. O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato, a Dispensa de Licitação n.º 001/2024, bem como à proposta firmada pela CONTRATADA. Esses documentos constam do Processo

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

02(duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas As partes elegem o foro da Comarca de Beneditinos (PI), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente instrumento, em

Beneditinos / PI, 17 de janeiro de 2024

residente da Camara Municipal de Beneditinos

Evandro Cruz Mendes CPF: 474.382.233-53

CONTRATANTE

CRISTIANNE

GOMES

Assinado de forma digital por CRISTIANNE GOMES

DIAS:01753434386 DIAS:01753434386

GUALCON CONTABILIDADE E LICITAÇÕES LTDA CNPJ nº 16.828.096/0001-10 CONTRATADA